

1. A contagem dos prazos nos registros públicos observará:
  - a) Os critérios estabelecidos na legislação estadual da territorialidade da serventia.
  - b) Os dias corridos, sem interrupção de feriados nacionais.
  - c) Os critérios estabelecidos na legislação processual civil.
  - d) Normativas próprias de cada serventia.
2. A cerca da temática da “fé pública notarial”, pode-se afirmar:
  - I. O Notário ou Tabelião e o Oficial de Registro ou Registrador são dotados de fé pública, aos quais é delegado o exercício, em caráter privado, da atividade notarial e registral, por força de lei.
  - II. Os serviços notariais e de registro tem amparo constitucional (CF 88, art. 236).
  - III. A fé pública notarial está prevista no artigo 3º da lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994.
  - IV. Há mera construção doutrinária, não existindo previsão expressa em lei sobre a fé pública notarial.

A sequência correta é:

  - a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
  - b) Apenas a assertiva IV está incorreta.
  - c) As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
  - d) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
3. A emancipação concedida por sentença judicial será anotada:
  - a) Gratuitamente para o interessado, independentemente de sua hipossuficiência econômica.
  - b) Às expensas do interessado.
  - c) Às expensas dos Estados, em se tratando de sentença de Juiz Estadual.
  - d) Às expensas da União, em se tratando de sentença de Juiz Federal.
4. Quanto ao requerimento de uma certidão do registro nos termos da lei 6.015/73:
  - a) Qualquer pessoa pode requerer certidão do registro sem informar ao oficial ou ao funcionário o motivo ou interesse do pedido.
  - b) Apenas o titular constante na certidão do registro poderá requerê-la.
  - c) Apenas o titular constante na certidão do registro poderá requerê-la, ou terceiro munido de instrumento de procuração com fins específicos.
  - d) Qualquer pessoa pode requerer certidão do registro, porém deverá informar ao oficial ou ao funcionário o motivo ou interesse do pedido.
5. Referente à guarda e à conservação dos livros de registro:
  - a) O titular da serventia poderá circular livremente com os livros de registro dentro da circunscrição estadual de atuação.
  - b) Jamais poderão ser retirados respectivo cartório.
  - c) O titular da serventia poderá circular livremente com os livros de registro dentro da circunscrição municipal de atuação.
  - d) Somente sairão do respectivo cartório mediante autorização judicial.
6. As sentenças judiciais declaratórias de ausência deverão ser:
  - a) Registradas no registro civil de pessoas naturais.
  - b) Registradas no registro civil de pessoas jurídicas.
  - c) Registradas no registro de títulos e documentos.
  - d) Registradas no registro civil de pessoas naturais e no registro de títulos e documentos.
7. Os fatos concernentes ao registro civil, que se derem a bordo dos navios de guerra e mercantes, em viagem, e no exército, em campanha, serão imediatamente registrados e comunicados em tempo oportuno, por cópia autêntica, aos respectivos Ministérios, a fim de que, através do Ministério \_\_\_\_\_, sejam ordenados os assentamentos, notas ou averbações nos livros competentes das circunscrições a que se referirem.
  - a) Da Cidadania.
  - b) Das Relações Exteriores.
  - c) Da Defesa.
  - d) Da Justiça (da Justiça e Segurança Pública).
8. No caso de a criança morrer na ocasião do parto, tendo, entretanto, respirado:
  - a) Será dispensado o assento de nascimento.
  - b) Será dispensado o assento de óbito.
  - c) Será feito o assento do nascimento com os elementos que couberem e com remissão a este.
  - d) Serão feitos dois assentos, o de nascimento e o de óbito, com os elementos cabíveis e com remissões recíprocas.
9. Toda pessoa tem direito ao nome, nele compreendidos o prenome e o sobrenome, observado que ao prenome serão acrescentados os sobrenomes dos genitores ou de seus ascendentes:
  - a) Sendo primeiro o paterno e por fim o materno.
  - b) Em qualquer ordem.
  - c) Sendo primeiro o materno e por fim o paterno.
  - d) Em qualquer ordem, apenas no caso de reconhecimento de paternidade ou maternidade socioafetiva, de genitores homoafetivos.
10. Sobre o casamento civil, pode-se afirmar:
  - I. A celebração poderá ser realizada, a requerimento dos nubentes, em meio eletrônico, por sistema de videoconferência em que se possa verificar a livre manifestação da vontade dos contraentes.
  - II. A lei não admite a conversão da união estável em casamento.
  - III. A celebração ocorrerá obrigatoriamente perante oficial de registro civil de pessoas naturais de modo presencial.
  - IV. A conversão da união estável em casamento deverá ser requerida pelos companheiros perante o oficial de registro civil de pessoas naturais de sua residência. A conversão da união estável dependerá da superação dos impedimentos legais para o casamento, sujeitando-se à adoção do regime patrimonial de bens, na forma dos preceitos da lei civil.

A sequência correta é:

  - a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
  - b) As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
  - c) Apenas a assertiva IV está incorreta.
  - d) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.

11. O exercício da atividade notarial e de registro é incompatível:
- Com o exercício da advocacia.
  - Com o exercício da intermediação de seus serviços.
  - Com o exercício de qualquer cargo, emprego ou função públicos, ainda que em comissão.
  - Com o exercício de qualquer função pública, exceto em comissão.
- A sequência correta é:
- Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
  - Apenas as assertivas I e II estão corretas.
  - Apenas a assertiva IV está incorreta.
  - As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
12. As convenções antenupciais deverão ser levadas para registro no:
- Diário Oficial da União- D.O.U.
  - Registro de imóveis.
  - Registro de títulos e documentos.
  - Registro civil de pessoas jurídicas.
13. Aos tabeliães de notas compete com exclusividade:
- Lavrar escrituras e procurações, públicas.
  - Protocolar de imediato os documentos de dívida, para prova do descumprimento de uma obrigação.
  - Lavrar testamentos públicos e aprovar os cerrados.
  - Lavrar atas notariais, reconhecer firmas e autenticar cópias.
- A sequência correta é:
- As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
  - Apenas a assertiva II está incorreta.
  - Apenas as assertivas I e II estão corretas.
  - Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
14. A respeito do pedido de reconhecimento extrajudicial de usucapião, é correto afirmar:
- Será processado diretamente perante o cartório do registro de imóveis da comarca em que residir o interessado, a requerimento deste, dispensada a atuação de advogado.
  - Será processado diretamente perante o cartório do registro de títulos e documentos da comarca em que estiver situado o imóvel usucapiendo, a requerimento do interessado, representado por advogado.
  - Será processado diretamente perante o cartório do registro de imóveis da comarca em que estiver situado o imóvel usucapiendo, a requerimento do interessado, facultada a representação por advogado.
  - Será processado diretamente perante o cartório do registro de imóveis da comarca em que estiver situado o imóvel usucapiendo, a requerimento do interessado, representado por advogado.
15. São deveres dos notários e dos oficiais de registro:
- Fiscalizar o recolhimento dos impostos incidentes sobre os atos que devem praticar.
  - Atender prioritariamente as requisições de papéis, documentos, informações ou providências que lhes forem solicitadas pelas autoridades judiciárias ou administrativas para a defesa das pessoas jurídicas de direito público em juízo.
  - Organizar associações ou sindicatos de classe e deles participar.
  - Proceder de forma a dignificar a função exercida, tanto nas atividades profissionais como na vida privada.
- A sequência correta é:
- Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
  - Apenas as assertivas I e II estão corretas.
  - As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
  - Apenas a assertiva III está incorreta.
16. Os notários e os oficiais de registro poderão, para o desempenho de suas funções, contratar escreventes, dentre eles escolhendo os substitutos, e auxiliares como empregados, com remuneração livremente ajustada e sob o regime da legislação do trabalho. Quanto aos prepostos, é correto afirmar:
- Os substitutos poderão, simultaneamente com o notário ou o oficial de registro, praticar todos os atos que lhe sejam próprios incluindo, nos tabelionatos de notas, lavrar testamentos.
  - Dentre os substitutos, dois deles serão designados pelo notário ou oficial de registro para responder pelo respectivo serviço nas ausências e nos impedimentos do titular.
  - Os notários e os oficiais de registro encaminharão ao juízo competente os nomes dos substitutos.
  - Em cada serviço notarial ou de registro haverá tantos substitutos, escreventes e auxiliares quantos forem necessários, a critério de cada notário ou oficial de registro.
- A sequência correta é:
- Apenas as assertivas I e II estão incorretas.
  - As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
  - Apenas a assertiva IV está correta.
  - Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
17. Os notários e os oficiais de registro estão sujeitos, pelas infrações que praticarem, assegurado amplo direito de defesa, às seguintes penas:
- Repreensão.
  - Multa.
  - Suspensão por 90 (noventa) dias, prorrogável por mais 30 (trinta).
  - Perda da delegação.
- A sequência correta é:
- Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
  - As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
  - Apenas as assertivas I e II estão corretas.
  - Apenas a assertiva III está incorreta.

18. Acerca do ingresso na atividade notarial e de registro, é correto afirmar, **EXCETO**:
- Ao concurso público poderão concorrer candidatos não bacharéis em direito que tenham completado, até a data da primeira publicação do edital do concurso de provas e títulos, dez anos de exercício em serviço notarial ou de registro.
  - As vagas serão preenchidas alternadamente, duas terças partes por concurso público de provas e títulos e uma terça parte por meio de remoção, mediante concurso de títulos, não se permitindo que qualquer serventia notarial ou de registro fique vaga, sem abertura de concurso de provimento inicial ou de remoção, por mais de um ano.
  - Os concursos serão realizados pelo Poder Judiciário, com a participação, em todas as suas fases, da Ordem dos Advogados do Brasil, do Ministério Público, de um notário e de um registrador.
  - Ao concurso de remoção somente serão admitidos titulares que exerçam a atividade por mais de dois anos.
19. O filho de brasileiro ou brasileira, nascido no estrangeiro, e cujos pais não estejam ali a serviço do Brasil, desde que registrado em consulado brasileiro ou não registrado, venha a residir no território nacional antes de atingir a maioridade, poderá requerer, no juízo de seu domicílio, se registre, o termo de nascimento:
- No livro "E" do 1º Ofício do Registro Civil.
  - No livro "A" do 1º Ofício do Registro Civil.
  - No livro "D" do 2º Ofício do Registro Civil.
  - No livro "B" do 1º Ofício do Registro Civil.
20. Os oficiais do registro civil remeterão à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, dentro dos primeiros \_\_\_\_\_ dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, um mapa dos nascimentos, casamentos e óbitos ocorridos no trimestre anterior.
- 10 (dez) dias.
  - 15 (quinze) dias.
  - 8 (oito) dias.
  - 5 (cinco) dias.
21. Não constituem motivo para recusa, devolução ou solicitação de retificação da declaração de nascido vivo por parte do registrador civil das pessoas naturais, entre outros:
- Omissão do nome do recém-nascido ou do nome do pai.
  - Divergência parcial ou total entre o nome do pai constante da declaração e o verificado pelo registrador nos termos da legislação civil, prevalecendo este último.
  - Divergência parcial ou total entre o nome do recém-nascido constante da declaração e o escolhido em manifestação perante o registrador no momento do registro de nascimento, prevalecendo este último.
  - Equívocos ou divergências que não comprometam a identificação da mãe.
- A sequência correta é:
- Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
  - Apenas a assertiva III está incorreta.
  - Apenas as assertivas I e II estão corretas.
  - As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
22. Ocorrendo iminente risco de vida de algum dos contraentes, e não sendo possível a presença da autoridade competente para presidir o ato, o casamento poderá realizar-se na presença de:
- 2 (duas) testemunhas, que comparecerão, dentro de 7 (sete) dias, perante a autoridade judiciária mais próxima, a fim de que sejam reduzidas a termo suas declarações.
  - 6 (seis) testemunhas, que comparecerão, dentro de 5 (cinco) dias, perante a autoridade judiciária mais próxima, a fim de que sejam reduzidas a termo suas declarações.
  - 3 (três) testemunhas, que comparecerão, dentro de 7 (sete) dias, perante a autoridade judiciária mais próxima, a fim de que sejam reduzidas a termo suas declarações.
  - 5 (cinco) testemunhas, que comparecerão, dentro de 5 (cinco) dias, perante a autoridade judiciária mais próxima, a fim de que sejam reduzidas a termo suas declarações.
23. O assento de óbito deverá conter, entre outros:
- Se era eleitor.
  - Se deixou bens e herdeiros menores ou interditos; se faleceu com testamento conhecido.
  - A hora, se possível, dia, mês e ano do falecimento; lugar do sepultamento.
  - Se era casado, o nome do cônjuge sobrevivente, mesmo quando desquitado; se viúvo, o do cônjuge pré-defunto; e o cartório de casamento em ambos os casos.
- A sequência correta é:
- Apenas as assertivas I e II estão corretas.
  - Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
  - Apenas a assertiva III está incorreta.
  - As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
24. Segundo a Lei 6015/73, que dispõe sobre registros públicos, somente são admitidos registros de:
- Escrituras públicas, inclusive as lavradas em consulados brasileiros; cartas de sentença, formais de partilha, certidões e mandados extraídos de autos de processo.
  - Escritos particulares autorizados em lei, assinados pelas partes e testemunhas, com as firmas reconhecidas, inclusive quando o reconhecimento se tratar de atos praticados por entidades vinculadas ao Sistema Financeiro da Habitação.
  - Atos autênticos de países estrangeiros, com força de instrumento público, legalizados e traduzidos na forma da lei, e registrados no cartório do registro de títulos e documentos, assim como sentenças proferidas por tribunais estrangeiros após homologação pelo Supremo Tribunal Federal.
  - Contratos ou termos administrativos, assinados com a União, Estados, Municípios ou o Distrito Federal, no âmbito de programas de regularização fundiária e de programas habitacionais de interesse social, dispensado o reconhecimento de firma.
- A sequência correta é:
- Apenas as assertivas I e II estão corretas.
  - Apenas as assertivas II e III estão incorretas.
  - Apenas a assertiva II está incorreta.
  - As assertivas I, II, III e IV estão corretas.

25. Quando dois ou mais imóveis contíguos pertencentes ao mesmo proprietário, constarem de matrículas autônomas, pode ele requerer:
- A fusão destas em uma só, de novo número, encerrando-se as primitivas.
  - A integração destas em uma só, de novo número, encerrando-se as primitivas.
  - A incorporação destas em uma só, de novo número, encerrando-se as primitivas.
  - A cisão destas em uma só, de novo número, encerrando-se as primitivas.
26. Acerca do registro de imóveis, é correto afirmar:
- Após o registro do parcelamento do solo, na modalidade loteamento ou na modalidade desmembramento, e da incorporação imobiliária, de condomínio edilício ou de condomínio de lotes, até que tenha sido averbada a conclusão das obras de infraestrutura ou da construção, as averbações e os registros relativos à pessoa do loteador ou do incorporador ou referentes a quaisquer direitos reais, inclusive de garantias, cessões ou demais negócios jurídicos que envolvam o empreendimento e suas unidades, bem como a própria averbação da conclusão do empreendimento, serão realizados na matrícula de origem do imóvel a ele destinado e replicados, com custo adicional, em cada uma das matrículas recipiendárias dos lotes ou das unidades autônomas eventualmente abertas.
  - O registro da instituição de condomínio ou da especificação do empreendimento constituirá ato separado para fins de cobrança de custas e emolumentos.
  - Nos registros decorrentes de processo de parcelamento do solo ou de incorporação imobiliária, o registrador deverá observar o prazo máximo de 15 (quinze) dias para o fornecimento do número do registro ao interessado ou a indicação das pendências a serem satisfeitas para sua efetivação.
  - É vedada a abertura de matrícula para cada lote ou fração ideal que corresponderá à determinada unidade autônoma, após o registro do loteamento ou da incorporação imobiliária.
27. Quanto à remição do imóvel hipotecado, é correto afirmar, **EXCETO**:
- Se o credor, citado, comparecer e impugnar o preço oferecido, o Juiz mandará promover a licitação entre os credores hipotecários, os fiadores e o próprio adquirente, autorizando a venda judicial a quem oferecer maior preço.
  - Mesmo que o credor assine, juntamente com o vendedor, a escritura de venda do imóvel gravado, ainda assim será necessária a remição.
  - Para remir o imóvel hipotecado, o adquirente requererá, no prazo legal, a citação dos credores hipotecários propondo, para a remição, no mínimo, o preço porque adquiriu o imóvel.
  - Se o credor, citado, não se opuser à remição, ou não comparecer, lavrar-se-á termo de pagamento e quitação e o Juiz ordenará, por sentença, o cancelamento de hipoteca.
28. A instituição do bem de família far-se-á por:
- Ata.
  - Escritura Particular.
  - Escritura Pública.
  - Declaração.
29. No Registro de Imóveis, além da matrícula, serão feitos, entre outros, o registro:
- Do penhor de máquinas e de aparelhos utilizados na indústria, instalados e em funcionamento, com os respectivos pertences ou sem eles.
  - Das servidões em geral.
  - Do dote.
  - Da enfiteuse.
- A sequência correta é:
- Apenas as assertivas I e II estão corretas.
  - Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
  - As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
  - Apenas a assertiva III está incorreta.
30. Sobre o processo do registro de imóveis, é correto afirmar, **EXCETO**:
- A escrituração do protocolo incumbirá tanto ao oficial titular como ao seu substituto legal, podendo, ser feita, ainda, por escrevente auxiliar expressamente designado pelo oficial titular ou pelo seu substituto legal mediante autorização do juiz competente, ainda que os primeiros não estejam nem afastados nem impedidos.
  - O Protocolo será encerrado diariamente.
  - O oficial não poderá retificar o registro ou a averbação de ofício nos casos de reprodução de descrição de linha divisória de imóvel confrontante que já tenha sido objeto de retificação.
  - Não serão registrados, no mesmo dia, títulos pelos quais se constituam direitos reais contraditórios sobre o mesmo imóvel.
31. Somente será admitido o parcelamento do solo para fins urbanos em zonas urbanas, de expansão urbana ou de urbanização específica, assim definidas pelo plano diretor ou aprovadas por lei municipal, contudo, não será permitido o parcelamento do solo:
- Em terrenos com declividade igual ou superior a 20% (vinte por cento), salvo se atendidas exigências específicas das autoridades competentes.
  - Em terrenos onde as condições geológicas não aconselham a edificação.
  - Em áreas de preservação ecológica ou naquelas onde a poluição impeça condições sanitárias suportáveis, até a sua correção.
  - Em terrenos que tenham sido aterrados com material nocivo à saúde pública, mesmo que sejam previamente saneados.
- A sequência correta é:
- Apenas as assertivas I e IV estão incorretas.
  - Apenas as assertivas I e II estão corretas.
  - As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
  - Apenas a assertiva III está incorreta.

32. A Lei 5.709/71, a qual regula a aquisição de imóvel rural por estrangeiro residente no país, determina que a aquisição de imóvel rural por pessoa física estrangeira não poderá exceder a:
- 50 (cinquenta) módulos de exploração indefinida, em área contínua ou descontínua.
  - 100 (cem) módulos de exploração indefinida, em área contínua ou descontínua.
  - 40 (quarenta) módulos de exploração indefinida, em área contínua ou descontínua.
  - 20 (vinte) módulos de exploração indefinida, em área contínua ou descontínua.
33. A cédula de crédito rural é promessa de pagamento em dinheiro, sem ou com garantia real cedularmente constituída, sob as seguintes denominações e modalidades:
- Cédula Rural Pignoratícia.
  - Cédula Rural Hipotecária.
  - Cédula Rural Pignoratícia e Hipotecária.
  - Nota de Crédito Rural.
- A sequência correta é:
- Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
  - Apenas a assertiva III está incorreta.
  - As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
  - Apenas as assertivas I e II estão corretas.
34. No tocante à fixação de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro, é correto afirmar:
- Os Estados e o Distrito Federal fixarão o valor dos emolumentos relativos aos atos praticados pelos respectivos serviços notariais e de registro, observadas as normas desta Lei.
  - Os Estados e o Distrito Federal deverão proceder à revisão das tabelas de emolumentos atualmente em vigor, a fim de adaptá-las ao disposto nesta Lei, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data de sua vigência.
  - É permitido fixar emolumentos em percentual incidente sobre o valor do negócio jurídico objeto dos serviços notariais e de registro.
  - As tabelas de emolumentos serão publicadas nos órgãos oficiais das respectivas unidades da Federação, cabendo às autoridades competentes determinar a fiscalização do seu cumprimento e sua afixação obrigatória em local visível em cada serviço notarial e de registro.
- A sequência correta é:
- Apenas as assertivas II e III estão incorretas.
  - Apenas a assertiva III está incorreta.
  - Apenas as assertivas I e II estão corretas.
  - As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
35. Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. Acerca da organização e da proteção do patrimônio histórico e artístico nacional é correto afirmar, **EXCETO**:
- Proceder-se-á ao tombamento compulsório quando o proprietário se recusar a anuir à inscrição da coisa.
  - As coisas tombadas, que pertençam à União, aos Estados ou aos Municípios, inalienáveis por natureza, só poderão ser transferidas de uma a outra das referidas entidades.
  - No livro do tomo das belas artes serão inscritas as obras que se incluírem na categoria das artes aplicadas, nacionais ou estrangeiras.
  - Coisa tombada não poderá sair do país, senão por curto prazo, sem transferência de domínio e para fim de intercâmbio cultural, a juízo do Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
36. Nos termos da Lei dos cartórios nº 8.935/94, pode-se afirmar que:
- Notário, ou tabelião, e oficial de registro, ou registrador, são profissionais do direito, dotados de fé pública, a quem é delegado o exercício da atividade notarial e de registro.
  - O serviço de registro civil das pessoas naturais será prestado, também, nos sábados, domingos e feriados pelo sistema de plantão.
  - O atendimento ao público será, no mínimo, de oito horas diárias.
  - Serviços notariais e de registro são os de organização técnica e administrativa destinados a garantir a publicidade, autenticidade, segurança e eficácia dos atos jurídicos.
- A sequência correta é:
- As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
  - Apenas as assertivas II e III estão incorretas.
  - Apenas a assertiva III está incorreta.
  - Apenas as assertivas I e II estão corretas.
37. O tabelião de protesto de títulos e outros documentos de dívida, ou seu oficial de cumprimento, comunicará obrigatoriamente à Unidade de Inteligência Financeira – UIF, independentemente de análise ou de qualquer outra consideração, qualquer operação que envolva o pagamento ou recebimento de valor em espécie, igual ou superior a:
- R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) ou equivalente em outra moeda, desde que perante o tabelião.
  - R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) ou equivalente em outra moeda, desde que perante o tabelião.
  - R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) ou equivalente em outra moeda, desde que perante o tabelião.
  - R\$ 100.000,00 (cem mil reais) ou equivalente em outra moeda, desde que perante o tabelião.

38. O reconhecimento dos filhos havidos fora do casamento é irrevogável e será feito:
- No registro de nascimento.
  - Por testamento, desde que expressamente manifestado.
  - Por escritura pública ou escrito particular, a ser arquivado em cartório.
  - Por manifestação expressa e direta perante o juiz, desde que o reconhecimento haja sido o objeto único e principal do ato que o contém.
- A sequência correta é:
- Apenas a assertiva IV está incorreta.
  - Apenas as assertivas I e II estão corretas.
  - As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
  - Apenas as assertivas II e IV estão incorretas.
39. Para fins do Estatuto da Cidade, Lei 10.257/01, serão utilizados, entre outros instrumentos, **EXCETO**:
- Institutos jurídicos e políticos tais como o parcelamento, edificação ou utilização compulsórios.
  - Planos nacionais, regionais e estaduais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social.
  - Estudo prévio de impacto ambiental (EIA) e estudo de viabilidade ambiental (EVA).
  - Planejamento das regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões.
40. Todo o usuário que comparecer perante um notário como parte direta ou indiretamente interessada em um ato notarial, ainda que por meio de representantes, independentemente de ter sido o notário escolhido pela parte outorgante, outorgada ou por um terceiro, será considerado como:
- Cliente do registro imobiliário.
  - Cliente do serviço notarial.
  - Beneficiário final do serviço notarial.
  - Tomador notarial.
41. Dentre o conjunto de direitos e deveres perante o Conselho Nacional de Justiça- CNJ, emerge a política de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo; sendo que esta deverá ser formalizada expressamente por notários e registradores, abrangendo, também, procedimentos para:
- Treinamento dos notários, dos registradores, oficiais de cumprimento e empregados contratados.
  - Disseminação do seu conteúdo ao quadro de pessoal por processos institucionalizados de caráter contínuo.
  - Monitoramento das atividades desenvolvidas pelos empregados.
  - Prevenção de conflitos entre os interesses comerciais/empresariais e os mecanismos de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.
- A sequência correta é:
- Apenas a assertiva IV está incorreta.
  - Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
  - As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
  - Apenas as assertivas I e II estão corretas.
42. A pessoa natural em nome da qual uma transação é conduzida ou que, em última instância, de forma direta ou indireta, possui, controla ou influencia significativamente uma pessoa jurídica, conforme definição da Receita Federal do Brasil (RFB), dentro do serviço notarial e de registro, será tida como:
- Terceiro interessado.
  - Interventor necessário.
  - Interveniente legal.
  - Beneficiário final.
43. Segundo a Resolução nº 12/2013 do TJTO, que dispõe sobre o concurso público de provas e títulos para a outorga das delegações de notas e de registro, para a realização do concurso será constituída Comissão de Concurso, integrada por:
- Um desembargador, membro da Comissão de Seleção e Treinamento, que será seu presidente, três juízes de direito, um membro do Ministério Público, um advogado, um registrador e um tabelião, cujos nomes constarão do edital.
  - Um desembargador, membro da Comissão de Seleção e Treinamento, que será seu presidente, dois juízes de direito, dois membros do Ministério Público, um advogado, um registrador e um tabelião, cujos nomes constarão do edital.
  - Um desembargador, membro da Comissão de Seleção e Treinamento, que será seu presidente, um juiz de Direito, um membro do Ministério Público, um advogado, um registrador e um tabelião, cujos nomes constarão do edital.
  - Dois desembargadores, membros da Comissão de Seleção e Treinamento, sendo que um deles será seu presidente, três juízes de direito, um membro do Ministério Público, um advogado, dois registradores e dois tabeliães, cujos nomes constarão do edital.
44. Para os fins de enquadramento do cliente como pessoa exposta politicamente, o notário e o registrador deverão:
- Consultar o cadastro eletrônico de Pessoas Expostas Politicamente, por intermédio do Siscoaf, sendo vedado colher a declaração das próprias partes sobre essa condição, ressalvados os casos em que seja expressamente prevista uma destas formas de identificação como obrigatória.
  - Consultar o cadastro eletrônico de Pessoas Expostas Politicamente, por intermédio do Siscoaf, ou colher a declaração das próprias partes sobre essa condição, ressalvados os casos em que seja expressamente prevista uma destas formas de identificação como obrigatória.
  - Consultar o cadastro eletrônico de Pessoas Expostas Politicamente, por meio do portal de transparência do Governo Federal, e uma vez confirmado se tratar de pessoa exposta politicamente, recusar o atendimento notarial ou registral.
  - Consultar o cadastro eletrônico de Pessoas Expostas Politicamente, por intermédio do Sicaf, ou colher a declaração das próprias partes sobre essa condição, ressalvados os casos em que seja expressamente prevista uma destas formas de identificação como obrigatória.

45. O notário ou registrador, ou seu oficial de cumprimento, informará à Corregedoria-Geral de Justiça estadual ou do Distrito Federal, até o dia \_\_\_\_\_ dos meses \_\_\_\_\_, a inexistência, nos seis meses anteriores, de operação ou proposta suspeita passível de comunicação à Unidade de Inteligência Financeira – UIF.
- 10 - de janeiro e julho.
  - 31 - de julho e dezembro.
  - 10 - de fevereiro e junho.
  - 05 - de janeiro e junho.
46. Em conformidade com a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 2005, de 29 de janeiro de 2021, os serviços notariais e registrais de que trata a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, são:
- Obrigados a apresentar a declaração de débitos e créditos tributários federais (DCTF) anualmente.
  - Dispensados da obrigação de apresentar a declaração de débitos e créditos tributários federais (DCTF).
  - Obrigados a apresentar a declaração de débitos e créditos tributários federais (DCTF) trimestralmente.
  - Obrigados a apresentar a declaração de débitos e créditos tributários federais (DCTF) mensalmente.
47. Uma vez atendidos os requisitos legais necessários, o auditor-fiscal da Receita Federal do Brasil procederá o arrolamento de bem imóvel, por meio do termo de arrolamento de bens e direitos (TABD). Depois de cientificado o sujeito passivo, o Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil responsável pelo arrolamento, ou o titular da unidade da RFB na qual ocorreu o procedimento, ou outra autoridade da RFB, por delegação de competência, solicitará a averbação ou o registro do arrolamento por meio de ofício ao cartório de registro de imóveis. Em relação ao pagamento das custas e emolumentos relativos ao procedimento acima exposto:
- O sujeito passivo deverá providenciar o recolhimento das custas e emolumentos cartorários antes da averbação ou do registro.
  - Ocorrerá independentemente do pagamento de custas ou emolumentos.
  - O titular da unidade da Receita Federal do Brasil deverá providenciar o recolhimento das custas e emolumentos cartorários antes da averbação ou do registro.
  - O Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil deverá providenciar o recolhimento das custas e emolumentos cartorários antes da averbação ou do registro.
48. A extensão real da área do imóvel rural abrangido pela efetivação da convalidação prevista pela Lei Estadual – TO nº 3730, de 16 de dezembro de 2020:
- Não pode ser superior a 3.250 hectares.
  - Não pode ser superior a 2.800 hectares.
  - Não pode ser superior a 4.000 hectares.
  - Não pode ser superior a 2.500 hectares.
49. No que tange aos procedimentos para a convalidação dos registros imobiliários referentes a imóveis rurais no Estado do Tocantins, pode-se afirmar:
- A convalidação, com força de título de domínio, dos registros imobiliários de imóveis rurais de que trata a Lei estadual nº 3.525, de 8 de agosto de 2019, efetiva-se perante o registro imobiliário da situação do imóvel rural, após manifestação de conformidade emitida pelo Instituto de Terras do Estado do Tocantins – ITERTINS.
  - Incumbe ao Instituto de Terras do Estado do Tocantins – ITERTINS encaminhar o termo de reconhecimento e convalidação para a respectiva serventia de registro de imóveis.
  - É facultado ao interessado na efetivação da convalidação de registro imobiliário utilizar-se de ata notarial para fazer a comprovação dos requisitos previstos na Lei estadual 3.525, de 8 de agosto de 2019, inclusive no tocante à divergência de área constante do registro e a de fato existente.
  - A convalidação, com força de título de domínio, dos registros imobiliários de imóveis rurais de que trata a Lei estadual nº 3.525, de 8 de agosto de 2019, efetiva-se perante o registro imobiliário da situação do imóvel rural, dispensada a manifestação do Instituto de Terras do Estado do Tocantins – ITERTINS.
- A sequência correta é:
- Apenas as assertivas I e II estão corretas.
  - As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
  - Apenas a assertiva IV está incorreta.
  - Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
50. A convalidação de que trata a Lei Estadual – TO nº 3525, de 08 de agosto de 2019, não se aplica a imóveis rurais:
- Localizados em áreas de reservas indígenas ou quilombolas.
  - Cuja propriedade ou posse estejam sendo questionadas ou reivindicadas, na esfera administrativa ou judicial, por órgão ou entidade da administração federal ou estadual direta e indireta.
  - Cujo domínio jurídico não pertença ao Estado do Tocantins.
  - Objeto de ações de desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária ou por utilidade pública, administrativa ou judicial, ajuizadas até a data de publicação desta Lei.
- A sequência correta é:
- Apenas a assertiva IV está incorreta.
  - As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
  - Apenas as assertivas I e II estão corretas.
  - Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
51. No tocante à origem da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, pode-se classificá-la como:
- Constituição promulgada.
  - Constituição cesarista.
  - Constituição outorgada.
  - Constituição pactuada.

52. É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana e observados os seguintes preceitos:
- Funcionamento parlamentar de acordo com a lei.
  - Caráter nacional.
  - Permissão de recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros ou de subordinação a estes.
  - Prestação de contas à Justiça Eleitoral.
- A sequência correta é:
- Apenas as assertivas II e IV estão corretas.
  - Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
  - As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
  - Apenas a assertiva III está incorreta.
53. Podem propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade, **EXCETO**:
- Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
  - Deputado Federal, Senador.
  - Governador de Estado ou do Distrito Federal.
  - Presidente da República.
54. Conforme disposto na CF/88, são gratuitas as ações de:
- Habeas-corpus.
  - Habeas-data.
  - Mandado de segurança.
  - Mandado de injunção.
- A sequência correta é:
- Apenas a assertiva IV está incorreta.
  - Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
  - Apenas as assertivas I e II estão corretas.
  - As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
55. O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário. No que concerne ao Senado, é correto afirmar:
- Cada Estado e o Distrito Federal elegerão três Senadores, com mandato de oito anos.
  - Cada Senador será eleito com dois suplentes.
  - A representação de cada Estado e do Distrito Federal será renovada de quatro em quatro anos, alternadamente, por um e dois terços.
  - Salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações de cada Casa e de suas Comissões serão tomadas por maioria dos votos, presente a maioria simples de seus membros.
- A sequência correta é:
- Apenas a assertiva IV está incorreta.
  - As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
  - Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
  - Apenas as assertivas I e II estão corretas.
56. Referente à proposta de emenda constitucional, pode-se afirmar que:
- A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.
  - A Constituição poderá ser emendada mediante proposta de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria absoluta de seus membros.
  - A Constituição poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.
  - Será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.
57. São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra:
- O livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos Poderes constitucionais das unidades da Federação; o cumprimento das leis e das decisões judiciais.
  - A existência da União; a segurança interna do País.
  - O exercício dos direitos políticos, individuais e sociais.
  - A probidade na administração; a lei orçamentária.
- A sequência correta é:
- Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
  - Apenas as assertivas I e II estão corretas.
  - Apenas a assertiva IV está incorreta.
  - As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
58. Leis complementares da União e dos Estados, cuja iniciativa é facultada aos respectivos Procuradores-Gerais, estabelecerão a organização, as atribuições e o estatuto de cada Ministério Público, observadas, entre outras, a seguinte garantia:
- Vitaliciedade, após dois anos de exercício, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado.
  - Exercício de atividade político-partidária.
  - Exercício da advocacia.
  - Receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, honorários, percentagens ou custas processuais.
59. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:
- Exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça.
  - Instituir impostos sobre transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos.
  - Instituir impostos sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários.
  - Instituir impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza.



60. De acordo com a Constituição do Estado do Tocantins, são símbolos do Estado:
- A bandeira.
  - O hino.
  - As armas.
  - O selo estadual.
- A sequência correta é:
- Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
  - Apenas as assertivas I e II estão corretas.
  - As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
  - Apenas a assertiva IV está incorreta.
61. A modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias, denomina-se:
- Leilão.
  - Concurso.
  - Convite.
  - Concorrência.
62. Segundo a Lei nº 8.429/92 que dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, é correto afirmar, **EXCETO**:
- Constitui crime a representação por ato de improbidade contra agente público ou terceiro beneficiário, quando o autor da denúncia o sabe inocente.
  - Constitui ato de improbidade administrativa celebrar contrato de rateio de consórcio público sem suficiente e prévia dotação orçamentária, ou sem observar as formalidades previstas na lei.
  - Será anulável a decisão de mérito total ou parcial da ação de improbidade administrativa que condenar o requerido sem a produção das provas por ele tempestivamente especificadas.
  - A posse e o exercício de agente público ficam condicionados à apresentação de declaração de imposto de renda e proventos de qualquer natureza, que tenha sido apresentada à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, a fim de ser arquivada no serviço de pessoal competente.
63. O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em:
- 3 (três) anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.
  - 1 (um) ano, contado da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.
  - 10 (dez) anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.
  - 5 (cinco) anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.
64. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de:
- Legitimidade, impessoalidade, moralidade, informação e eficiência.
  - Legalidade, legítima defesa e contraditório, pessoalidade e eficiência.
  - Conformidade, isonomia, honestidade e devido processo legal.
  - Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
65. A estrutura da Administração Indireta compreende as seguintes categorias de entidades, dotadas de personalidade jurídica própria:
- Autarquias.
  - Empresas Públicas.
  - Sociedades de Economia Mista.
  - Fundações públicas.
- A sequência correta é:
- As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
  - Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
  - Apenas as assertivas I e II estão corretas.
  - Apenas a assertiva IV está incorreta.
66. O tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte, é denominado de:
- Imposto.
  - Contribuição de Melhoria.
  - Taxa.
  - Tarifa.
67. A instituição de imposto sobre a propriedade territorial rural, cujo fato gerador é a propriedade, o domínio útil ou a posse de imóvel por natureza, como definido na lei civil, localização fora da zona urbana do Município, é de competência:
- Do Distrito Federal.
  - Dos Estados.
  - Da União.
  - Dos Municípios.
68. De acordo com o Código Tributário Nacional, suspende a exigibilidade do crédito tributário:
- A transação.
  - As reclamações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo.
  - A conversão de depósito em renda.
  - A remissão.
69. Na iminência ou no caso de guerra externa, a União pode instituir, temporariamente, impostos extraordinários compreendidos ou não entre os referidos no Código Tributário Nacional, suprimidos, gradativamente, no prazo máximo de:
- 5 (cinco) anos, contados da celebração da paz.
  - 3 (três) anos, contados da celebração da paz.
  - 2 (dois) anos, contados da celebração da paz.
  - 1 (um) ano, contado da celebração da paz.

70. Na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará sucessivamente, na ordem indicada:

- A analogia; os princípios gerais de direito tributário; os princípios gerais de direito público; a equidade.
- A equidade; os princípios gerais de direito tributário; os princípios gerais de direito público; a analogia.
- Os princípios gerais de direito público; a analogia; a equidade; os princípios gerais de direito tributário.
- Os princípios gerais de direito tributário; os princípios gerais de direito público; a analogia; a equidade.

71. A cláusula que, derivada exclusivamente da vontade das partes, subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e incerto é denominada de:

- Condição.
- Premissa.
- Termo.
- Encargo.

72. No tocante ao tema adimplemento e extinção das obrigações, é correto afirmar, **EXCETO**:

- O pagamento feito por terceiro, com desconhecimento ou oposição do devedor, não obriga a reembolsar aquele que pagou, se o devedor tinha meios para ilidir a ação.
- Qualquer interessado na extinção da dívida pode pagá-la, usando, se o credor se opuser, dos meios conducentes à exoneração do devedor.
- Só terá eficácia o pagamento que importar transmissão da propriedade, quando feito por quem possa alienar o objeto em que ele consistiu.
- O terceiro não interessado, que paga a dívida em seu próprio nome, tem direito a reembolsar-se do que pagar, sub-rogando-se nos direitos do credor.

73. A respeito do instituto da evicção e seus efeitos, é correto afirmar:

- Nos contratos onerosos, o alienante responde pela evicção. Subsiste esta garantia ainda que a aquisição se tenha realizado em hasta pública.
- As benfeitorias necessárias ou úteis, não abonadas ao que sofreu a evicção, serão pagas pelo alienante.
- Não pode o adquirente demandar pela evicção, se sabia que a coisa era alheia ou litigiosa.
- Não podem as partes, por cláusula expressa, reforçar, diminuir ou excluir a responsabilidade pela evicção.

A sequência correta é:

- Apenas a assertiva II está incorreta.
- As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
- Apenas as assertivas II e IV estão corretas.
- Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.

74. Conforme dispõe a Lei de Registros Públicos nº 6.015/73, todos os títulos, apresentados no horário regulamentar e que não forem registrados até a hora do encerramento do serviço, aguardarão o dia seguinte, no qual serão registrados, preferencialmente, aos apresentados nesse dia. Qual dos registros descritos abaixo não poderá, entretanto, ser adiado:

- O registro de emancipação.
- O registro civil de pessoas naturais.
- O registro de protesto.
- O registro dos contratos sociais, atos constitutivos e estatutos.

75. Assinale quais alternativas abaixo são exemplos de títulos executivos extrajudiciais:

- A sentença arbitral.
- O crédito decorrente de foro e laudêmio.
- O formal e a certidão de partilha, exclusivamente em relação ao inventariante, aos herdeiros e aos sucessores a título singular ou universal.
- O instrumento de transação referendado pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública, pela Advocacia Pública, pelos advogados dos transatores ou por conciliador ou mediador credenciado por tribunal.

A sequência correta é:

- As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
- Apenas as assertivas II e IV estão corretas.
- Apenas a assertiva II está incorreta.
- Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.

76. O cônjuge necessitará do consentimento do outro para propor ação que verse sobre direito real imobiliário, salvo quando casados sob o regime de:

- Participação final nos aquestos.
- Comunhão parcial de bens.
- Comunhão universal de bens.
- Separação absoluta de bens.

77. A incompetência, absoluta ou relativa, será alegada como questão preliminar de contestação. A respeito da matéria, é correto afirmar, **EXCETO**:

- Caso a alegação de incompetência seja acolhida, os autos serão remetidos ao juízo competente.
- Após manifestação da parte contrária, o juiz decidirá imediatamente a alegação de incompetência.
- Salvo decisão judicial em sentido contrário, conservar-se-ão os efeitos de decisão proferida pelo juízo incompetente até que outra seja proferida, se for o caso, pelo juízo competente.
- A incompetência absoluta pode ser alegada em qualquer tempo e grau de jurisdição, porém, não pode ser declarada de ofício.

78. Além de outros previstos no Código de Processo Civil de 2015, são deveres das partes, de seus procuradores e de todos aqueles que, de qualquer forma, participem do processo:

- Não formular pretensão ou de apresentar defesa quando cientes de que são destituídas de fundamento.
- Expor os fatos em juízo conforme a verdade.
- Cumprir com exatidão as decisões jurisdicionais, de natureza provisória ou final, e não criar embaraços à sua efetivação.
- Não praticar inovação ilegal no estado de fato de bem ou direito litigioso.

A sequência correta é:

- Apenas as assertivas II e IV estão corretas.
- Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
- Apenas a assertiva II está incorreta.
- As assertivas I, II, III e IV estão corretas.

79. Segundo a legislação processual civilista brasileira, para postular em juízo é necessário ter:
- Possibilidade e legitimidade.
  - Necessidade e legitimidade.
  - Interesse e legitimidade.
  - Adequação e interesse.
80. A situação na qual duas ou mais pessoas litigam, no mesmo processo, em conjunto, ativa ou passivamente em virtude da comunhão de direitos ou obrigações, conexão do pedido ou afinidade de questão, é denominada:
- Denúnciação da lide.
  - Intervenção de terceiros.
  - Chamamento ao processo.
  - Litisconsórcio.
81. Nenhuma criança ou adolescente menor de 16 (dezesesseis) anos poderá viajar para fora da comarca onde reside desacompanhado dos pais ou dos responsáveis sem expressa autorização judicial. Entretanto, a autorização não será exigida quando:
- Tratar-se de comarca contígua à da residência da criança ou do adolescente menor de 16 (dezesesseis) anos, se na mesma unidade da Federação, ou incluída na mesma região metropolitana.
  - A criança ou o adolescente menor de 16 (dezesesseis) anos estiver acompanhado de ascendente ou colateral maior, até o quarto grau, comprovado documentalmente o parentesco.
  - A criança ou o adolescente menor de 16 (dezesesseis) anos estiver acompanhado de pessoa maior, expressamente autorizada pelo pai, mãe ou responsável.
  - A criança ou o adolescente menor de 16 (dezesesseis) anos estiver acompanhado de ascendente ou colateral maior, até o terceiro grau, comprovado documentalmente o parentesco.
- A sequência correta é:
- Apenas as assertivas I e III estão corretas.
  - Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
  - Apenas a assertiva II está incorreta.
  - As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
82. O homem e a mulher com \_\_\_\_\_ anos podem casar, exigindo-se autorização de ambos os pais, ou de seus representantes legais, enquanto não atingida a maioridade civil. Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna do texto.
- (15) quinze anos.
  - (17) dezessete anos.
  - (16) dezesseis anos.
  - (14) quatorze anos.
83. Os fornecedores respondem solidariamente pelos vícios de quantidade do produto sempre que, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza, seu conteúdo líquido for inferior às indicações constantes do recipiente, da embalagem, rotulagem ou de mensagem publicitária, podendo o consumidor exigir, alternativamente e à sua escolha:
- O abatimento proporcional do preço.
  - A substituição do produto por outro da mesma espécie, marca ou modelo, sem os aludidos vícios.
  - Complementação do peso ou medida.
  - A restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos.
- A sequência correta é:
- Apenas a assertiva II está incorreta.
  - Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
  - Apenas as assertivas II e IV estão corretas.
  - As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
84. Segundo o Estatuto do Idoso, aos maiores de \_\_\_\_\_, fica assegurada a gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semiurbanos, exceto nos serviços seletivos e especiais, quando prestados paralelamente aos serviços regulares.
- 65 (sessenta e cinco) anos.
  - 75 (setenta e cinco) anos.
  - 60 (sessenta) anos.
  - 70 (setenta) anos.
85. A sociedade na qual a atividade constitutiva do objeto social é exercida unicamente pelo sócio ostensivo, em seu nome individual e sob sua própria e exclusiva responsabilidade, participando os demais dos resultados correspondentes, é denominada:
- Sociedade em Comandita Simples.
  - Sociedade em Conta de Participação.
  - Sociedade em Nome Coletivo.
  - Sociedade Limitada.
86. Os títulos de crédito são documentos necessários ao exercício do direito literal e autônomo neles contidos, somente produzindo efeito quando preenchidos os requisitos da lei. Em relação a essa matéria, é correto afirmar:
- Consideram-se não escritas no título a cláusula de juros, a proibitiva de endosso, a excludente de responsabilidade pelo pagamento ou por despesas, a que dispense a observância de termos e formalidade prescritas, e a que, além dos limites fixados em lei, exclua ou restrinja direitos e obrigações.
  - O título não poderá ser emitido a partir dos caracteres criados em computador ou meio técnico equivalente, mesmo que constem da escrituração do emitente.
  - O título de crédito pode ser reivindicado do portador que o adquiriu de boa-fé e na conformidade das normas que disciplinam a sua circulação.
  - A omissão de qualquer requisito legal, que tire ao escrito a sua validade como título de crédito, implica a invalidade do negócio jurídico que lhe deu origem.

87. Segundo a Lei nº 11.101/05, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, o Comitê de Credores será constituído por deliberação de qualquer das classes de credores na assembleia geral e terá a seguinte composição:
- 2 (dois) representantes indicados pela classe de credores trabalhistas, com 1 (um) suplente; 1 (um) representante indicado pela classe de credores com direitos reais de garantia ou privilégios especiais, com 2 (dois) suplentes, 2 (dois) representantes indicados pela classe de credores quirografários e com privilégios gerais, com 2 (dois) suplentes, 1 (um) representante indicado pela classe de credores representantes de microempresas e empresas de pequeno porte, com 2 (dois) suplentes.
  - 2 (dois) representantes indicados pela classe de credores trabalhistas, com 2 (dois) suplentes; 2 (dois) representantes indicados pela classe de credores com direitos reais de garantia ou privilégios especiais, com 2 (dois) suplentes; 2 (dois) representantes indicados pela classe de credores quirografários e com privilégios gerais, com 2 (dois) suplentes; 2 (dois) representantes indicados pela classe de credores representantes de microempresas e empresas de pequeno porte, com 2 (dois) suplentes.
  - 1 (um) representante indicado pela classe de credores trabalhistas, com 1 (um) suplente; 1 (um) representante indicado pela classe de credores com direitos reais de garantia ou privilégios especiais, com 1 (um) suplente; 1 (um) representante indicado pela classe de credores quirografários e com privilégios gerais, com 1 (um) suplente; 1 (um) representante indicado pela classe de credores representantes de microempresas e empresas de pequeno porte, com 1 (um) suplente.
  - 1 (um) representante indicado pela classe de credores trabalhistas, com 2 (dois) suplentes; 1 (um) representante indicado pela classe de credores com direitos reais de garantia ou privilégios especiais, com 2 (dois) suplentes; 1 (um) representante indicado pela classe de credores quirografários e com privilégios gerais, com 2 (dois) suplentes; 1 (um) representante indicado pela classe de credores representantes de microempresas e empresas de pequeno porte, com 2 (dois) suplentes.
88. Conforme dispõe a Lei de Propriedade Industrial, Lei nº 9.279/96, a patente de invenção vigorará pelo prazo de:
- 20 (vinte) anos.
  - 30 (trinta) anos.
  - 10 (dez) anos.
  - 15 (quinze) anos.
89. O pagamento de título de crédito, que contenha obrigação de pagar soma determinada, pode ser garantido por:
- Aval.
  - Endosso.
  - Fiança.
  - Abono.
90. De acordo com a receita bruta auferida em cada ano-calendário, empresas que possuem faturamento igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) são classificadas como:
- Microempresas.
  - Microempreendedores individuais.
  - Empresas de pequeno porte.
  - Empresas Individual de Responsabilidade Limitada.
91. A prática do fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se, é considerado:
- Exercício regular de direito.
  - Estado de necessidade.
  - Estrito cumprimento de dever legal.
  - Legítima defesa.
92. As penas privativas de liberdade deverão ser executadas em forma progressiva, segundo o mérito do condenado. Conforme dispõe o Código Penal Brasileiro, o condenado não reincidente, cuja pena seja superior a 4 (quatro) anos e não exceda a 8 (oito), poderá, desde o princípio, cumpri-la em regime:
- Semiaberto.
  - Fechado.
  - Domiciliar.
  - Aberto.
93. Conforme dispõe a Lei de Execuções penais, o condenado por crime doloso praticado com violência grave contra a pessoa, bem como por crime contra a vida, contra a liberdade sexual ou por crime sexual contra vulnerável, será submetido, obrigatoriamente, à identificação do perfil genético, mediante extração de DNA (ácido desoxirribonucleico), por técnica adequada e indolor, por ocasião do ingresso no estabelecimento prisional. Em relação a este procedimento, é correto afirmar:
- A autoridade policial, federal ou estadual, poderá requerer ao juiz competente, no caso de inquérito instaurado, o acesso ao banco de dados de identificação de perfil genético.
  - Deve ser viabilizado ao titular de dados genéticos o acesso aos seus dados constantes nos bancos de perfis genéticos, bem como a todos os documentos da cadeia de custódia que gerou esse dado, de maneira que possa ser contraditado pela defesa.
  - A identificação do perfil genético será armazenada em banco de dados sigiloso, conforme regulamento a ser expedido pelo Poder Executivo.
  - A regulamentação deverá fazer constar garantias mínimas de proteção de dados genéticos, observando as melhores práticas da genética forense.
- A sequência correta é:
- Apenas as assertivas II e IV estão corretas.
  - Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
  - As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
  - Apenas a assertiva II está incorreta.

94. Expor a perigo a vida ou a saúde de pessoa sob sua autoridade, guarda ou vigilância, para fim de educação, ensino, tratamento ou custódia, quer privando-a de alimentação ou cuidados indispensáveis, quer sujeitando-a a trabalho excessivo ou inadequado, quer abusando de meios de correção ou disciplina, é considerado crime de:
- Maus-tratos.
  - Constrangimento ilegal.
  - Redução à condição análoga à de escravo.
  - Perseguição.
95. A prisão temporária será decretada pelo Juiz, em face da representação da autoridade policial ou de requerimento do Ministério Público e terá o prazo de:
- 5 (cinco) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.
  - 15 (quinze) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.
  - 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.
  - 10 (dez) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.
96. No ano de 2021, Jeff Bezos fez sua primeira viagem espacial, a qual durou 10 minutos. Na ocasião, estava acompanhado do irmão, Mark Bezos, da piloto Wally Funk, de 82 anos, que se tornou a pessoa mais velha a ir ao espaço, e do holandês Oliver Daemen, de 18 anos, o mais jovem a realizar uma viagem do tipo. Jeff Bezos é fundador da:
- Space X.
  - Virgin Galactic.
  - Amazon.
  - AliExpress.
97. A ginasta Rebeca Andrade se tornou a primeira mulher brasileira a vencer duas provas na mesma edição dos Jogos Olímpicos, durante a edição no Japão. Pode-se dizer que Rebeca colocou o mundo todo para dançar ao som do funk carioca no momento de sua apresentação solo. A música utilizada por ela intitula-se:
- Baile de Favela.
  - Ela veio quente.
  - Festa na Favela.
  - Baile na Favela.
98. A respeito da primeira pessoa imunizada, oficialmente, contra a covid-19 no Brasil, pode-se afirmar o seguinte:
- A auxiliar de enfermagem Margarete Calinais da Silva foi a primeira pessoa vacinada no Brasil, em 15 março 2021, com uma dose da vacina AstraZeneca.
  - A médica Magali Cabalera Matias foi a primeira pessoa vacinada no Brasil, em 11 de janeiro 2021, com uma dose da vacina Janssen.
  - A enfermeira Mônica Calazans foi a primeira pessoa vacinada no Brasil, em 12 fevereiro 2021, com uma dose da vacina CoronaVac.
  - A aposentada Margaret Keenan foi a primeira pessoa vacinada no Brasil, em 8 de dezembro 2021, com uma dose da vacina Pfizer.
99. A pandemia mundial de COVID-19, também conhecida como pandemia de coronavírus, foi assim declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) na data histórica de:
- 11 de março de 2020.
  - 21 de setembro de 2020.
  - 20 de janeiro de 2020.
  - 31 de dezembro 2019.
100. Sobre a eleição presidencial nos Estados Unidos em 2020, pode-se afirmar que:
- O democrata Joe Biden assumiu a presidência, tomando posse como 46º presidente dos Estados Unidos em cerimônia no Capitólio, sem a presença de Donald Trump.
  - O Congresso Americano foi atacado quando se reunia para certificar a vitória de Joe Biden na eleição presidencial, última etapa formal antes de o democrata tomar posse.
  - A senadora Kamala Harris se tornou a primeira mulher a ser eleita vice-presidente dos Estados Unidos.
  - A disputa presidencial ocorreu simultaneamente com as eleições para todos os assentos da Câmara dos Representantes e parte dos destinados ao Senado, além de vários cargos tanto em nível estadual quanto local.
- A sequência correta é:
- Apenas a assertiva II está incorreta.
  - Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
  - As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
  - Apenas as assertivas III e IV estão corretas.